

## **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA – CMMC - 21 DE FEVEREIRO DE 2018.**

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às 9h30, realizou-se a 9ª. Reunião Ordinária da Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima, na SEMAM, sito à Praça dos Expedicionários nº 10, 9º andar. Estavam presentes: Sr. Marcos Libório, Sr. Marcio Gonçalves Paulo (SEMAM), Sr. Eduardo Kimoto Hosakawa (SEDURB), Sra. Juliana Cabral F. de Oliveira (SMS), Sra. Cilícia S. dos Santos Diniz (SECOM), Sr. Adilson Luiz Gonçalves (SAPIC), Sr. Marcos Bandini (DEFESA CIVIL-SESERP), Sr. José Marques Carriço (SEGOV), Sr. Emerson C. F. Guimarães (Parque Tecnológico-SEGOV) e os convidados Marcus Neves (SEMAM), Danielle A. de Carvalho (UNESP). Sendo a seguinte ordem do dia: 1. Leitura e aprovação da Ata da 8ª Reunião Ordinária; 2. Inventário de Gases de Efeito Estufa GEE; 3. Plano de trabalho da CMMC com o Ministério do Meio Ambiente – MMA; 4. Atualização do Plano Municipal de Mudança do Clima de Santos – PMMCS; 5. Assuntos Gerais. O Coordenador, Sr. Marcos Libório, agradeceu a presença de todos, perguntou se concordavam com a ata, enviada por e-mail para leitura prévia, e todos a aprovaram. Ressaltou a importância de formular um inventário factível e solicitou que o Sr. Marcio Paulo atualizasse as informações sobre a liberação da verba do fundo de Meio Ambiente. Ele respondeu que, por decisão do gabinete da Sefin, a liberação ocorrerá quando o balanço 2017 da prefeitura for publicado, até 30 de março. O coordenador confirmou o agendamento do encontro com Sra. Celina do Ministério do Meio Ambiente em 27 de março e propôs transferir para essa data a reunião desta comissão. Ela adiantou a demanda quanto a recursos para alguns eixos, encostas de morros e mangue, e o coordenador sugeriu o apoio do MMA para os manguezais quanto ao depósito de resíduos acumulados pelas ocupações irregulares. A pauta será exclusiva sobre o plano de trabalho, já incluídos esses dois eixos. Propôs incluir Cidades Resilientes, projeto da Defesa Civil. Sr. Bandini lembrou que são muitas iniciativas que representam diferentes momentos e concepções, aderindo mas não convergindo, o que é preciso estruturar. Sr. Eduardo disse que a ideia é implementar o plano, pois precisam parar o trabalho para gerarem esse produto, aproveitar esse encontro e co-criá-lo em sinergia com MMA e GIZ. Sr. Adilson trouxe duas iniciativas, de congresso em Cartagena, ICES -Iniciativa Ciudades Inteligentes y Sostenibles (BID) e CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (ONU), do qual participou há dois anos, disseram que Santos estava bem cotado, mas naquele momento, estava sem contrapartida da CEF. Quanto ao Cepal, ligado à ONU, a verba é a fundo perdido

ou financiamento externo. Sr. Eduardo lembrou que um dos objetivos dessa comissão é receber esses financiamentos. Se o MMA é o meio de viabilização, primeiro precisam tomar conhecimento se nos enquadrados aos programas que abrangem e os técnicos do MMA colocarão em contato com a pessoa certa. Existe uma matriz, podemos colocar todos os trabalhos em torno de um eixo e fortalecer essas iniciativas. Quanto à captação, ela é necessária e a habilitação do município também. O grupo não tem pessoa específica para buscar essas propostas, estão perdidos nos trabalhos burocráticos. Isso pode ser feito pela Segov e Sr. Carriço confirmou que a pessoa responsável é a Sra. Cláudia Haddad e formatará esse canal. Sr. Bandini disse que, em seu ponto de vista, seria melhor ativar o freio de arrumação, não entende como falta de recurso, mas de estratégia, existe, em várias comissões, dificuldade em trabalhar articulado e o momento é de fazer ajustes. Sr. Libório disse que a reunião com o Litoral Sustentável será na sexta-feira e um dos assuntos será a instalação de água e luz em locais não regularizados. Hoje famílias estão sendo removidas e há poucos anos foram liberadas para morarem nesses locais. Sr. Adilson destacou que é preciso incluir as concessionárias nas discussões e Sr. Libório disse ser complexo, já trabalhou na CPFL e é grande a pressão de vereadores e da comunidade. A regularização tem cerca de 32 mil clandestinos cadastrados. Com a fragilidade da prestação de serviços, o poder público pressiona a concessionária para instalar os serviços, temos os instrumentos e temos que fazer funcionar de maneira organizada, com a viabilização dos recursos externos, com editais. Sr. Adilson contou que apresentou no evento em Cartagena, em 2015, no programa Cidades Emergentes e Sustentáveis, palestra sobre o sistema portuário brasileiro e a relação porto-cidade e que uma das cidades atendidas para receber apoio foi Vitória, no Espírito Santo. Tanto ICES como CEPAL possuem escritórios em Brasília e sedes em Santiago do Chile. No Brasil, o ICES atua em parceria com a Caixa Econômica Federal e o projeto não pode estar contemplado em outros programas. São iniciativas para planejamento de projetos, não para executivas e o primeiro passo do município é enviar uma carta consulta. Passando ao item 4, atualização do plano, o coordenador disse que ainda não sabem o que será finalizado após a reunião com o MMA, mas até maio é necessário concluir para apresentar em junho na semana do Meio Ambiente. Fica registrado em ata que as colaborações devem ser enviadas até o dia 9 de março. Sra. Juliana explicou que no momento em que iniciou a participação nessa comissão, incluiu assuntos emergenciais, sendo que hoje há outros, como dados sobre febre amarela e nível de diarreia por conta de enchentes. Além disso, a leishmaniose que também é um problema que advém de mosquitos. Com a mudança nas secretarias, novos representantes terão que ser indicados pela Seserp

e a questão do mato é um dos problemas a serem atacados, pois, além dos mosquitos, foram registrados aparecimentos de carrapatos e, nos jardins da praia, de ratos. O produto glifosato e outros que inibem o crescimento, aplicados em regiões rurais, são proibidos em área urbana pela Anvisa e, por isso, com a chuva, o mato cresce muito rápido. Sra. Cilícia/ Secom, informou que a Seserp fará mutirão de capina. Sra. Juliana disse que outro problema é com os resíduos de saúde jogados no lixo comum, fiscalizado por ela mesma. Citou exemplo do edifício que possui câmara frigorífica sensacional, enquanto há profissionais que levam os resíduos para casa para não pagar taxa. Há ainda outros dados epidemiológicos como meningite, pneumonia e doenças relacionadas à poluição atmosférica. Sr. Libório ressaltou que é importante atualizar essas prerrogativas de saúde e meio ambiente, que movimentam as políticas públicas, com estatísticas das consequências e solicitou que ela envie esses dados. Ele citou aparecimento de aranhas e ela conhece um caso em que encontraram esses insetos no quarto andar e incluiu em suas anotações. Outro inseto na área do Macuco são as vespas, explicou que para retirá-las o município precisa contratar serviço particular. Para os caramujos, o ideal é remanejar o solo e retirar os ovos e eles são mortos com sal, que os faz derreter. O Secretário disse que terá reunião sobre o enriquecimento arbóreo da cidade e citará o assunto. Sr. Bandini mencionou a contribuição da Defesa Civil no programa Cidades Resilientes, disse que Santos aderiu em 2013, e leu o prefácio do trabalho do professor Marengo, ressaltando que é um ambiente vulnerável quanto às mudanças do clima e que é preciso aumento de participação da população e também como assunto de estudos acadêmicos, a fim de se prepararem para enfrentá-los. Em relação à forma que está sendo pensada a política da Defesa Civil e o programa das Nações Unidas para desastres, propõe reflexão sobre gastos, medidas e em seguida definir como o município faria essa implementação. Campinas se destaca e nela se basearam para fazer as propostas. Precisam definir um grupo para articular Cidades Residentes, ligado à Secretaria de Governo, que enviaria as demandas às outras secretarias. Sr. Libório disse que a sugestão é que façamos, por tocar na questão dos riscos, Sr. Bandini concordou e exemplificou com o mata-mato que pode chegar à praia e contaminá-la. Esses são assuntos para essa comissão e também para o Plano Diretor. Sr. Libório disse para aguardar as contribuições que serão enviadas até o dia 9, para ter visão holística. Sr. Adilson disse que quanto à COMAIV e ao impacto de vizinhança, levam em conta a relação porto-cidade e toda influência entre pessoas que trabalham no porto e residem próximo. Estudou-se criação de projeto de saúde no Porto, agregando instituições universitárias. Como professor, propôs que seja assunto para os trabalhos de TCC, criando, assim, acervo com o que já foi escrito e

propondo temas para colocarem em programas de pós-graduação, levando em consideração as variáveis do município. Sugeriu pós-graduação porque recebem recursos para pesquisas. Resolveram formular uma pauta para apresentar às coordenadorias de pós-graduação. Sr. Emerson disse que o conselho do Parque Tecnológico é composto por todas as universidades e poderia ser apresentado por lá. Sra. Danielle disse que a Unesp e o Ministério do Meio Ambiente estão desenvolvendo uma plataforma, Adaptaclima, com bancos de dados Internacionais e sugeriu pesquisarem o assunto. O coordenador concordou em utilizar os eixos do Parque Tecnológico, que é a ponta, para a realização. Um exemplo de assunto seria a capinação, pois a pesquisa da Anvisa deve demorar. Sr. Adilson fez analogia com o Velho Testamento, se não há solução por não ter conhecimento, se proíbe. Sra. Juliana informou sobre o Fórum da Água, que acontecerá em Brasília, de 17 a 23 de março. Ratificou que a Secretaria de Saúde enviará resumo complementar a essa comissão. Sr. Libório informou que, como eixos de infraestrutura, farão testes com veículos elétricos. Perguntaram qual a resposta da CET sobre o ônibus elétrico e responderam que vai ser difícil ter outro. Um projeto que está sendo desenvolvido é uma usina de beneficiamento de óleo em biodiesel, e, segundo os estudos, uma área de 1000 m<sup>2</sup> é o suficiente. Sr. Bandini sugeriu que iniciem avaliando o trabalho da Sabesp. Sra. Juliana sugeriu se informarem sobre o que fazem com o óleo e o que devolvem para o município. Sr. Adilson lembrou que ainda há o óleo das embarcações que a Codesp recolhe. Também há os resíduos das caixas de gordura, Sr. Marcio Paulo informou que atualmente esses são enviados a uma estação de tratamento em Mongaguá, processado em lagoa e o efluente deve ir para o rio e mar, com carga atenuada. Sr. Libório informou que às 13h30 acompanharia a retirada de containeres na ponte Edgard Perdigão, agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Eu, Sandra Cunha dos Santos \_\_\_\_\_ lavrei a presente ata, contendo 04 páginas, que, depois de aprovada pela Comissão, será assinada pelo Coordenador.

Marcos Oliveira Libório